

**FORMAÇÃO DA MULHER ANGOLANA NA MIRA DO CAPITAL: CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO “PAT II” NA POLÍTICA EDUCACIONAL ANGOLANA**

**LA FORMACIÓN DE MUJERES ANGOLEÑAS EN LA MIRA DEL CAPITAL:
CONSIDERACIONES SOBRE EL “PAT II” EN LA POLÍTICA EDUCATIVA
ANGOLEÑA**

**FORMATION OF ANGOLAN WOMEN IN THE SIGHTS OF CAPITAL:
CONSIDERATIONS ABOUT THE "PAT II" IN ANGOLAN EDUCATIONAL
POLICYTITLES**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i2.63508>

Filipe Joaquim Kalenguessa¹

Resumo: A presente pesquisa de ordem bibliográfica e de análise documental analisa o Projeto de Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos (PAT II) na cooptação das demandas feministas, compreendendo a centralidade do Banco Mundial na política educacional angolana. Problematisa o direcionamento das reivindicações feministas para a manutenção da formação de um tipo de força de trabalho flexível que intensifica a precariedade das relações laborais no contexto angolano, juntamente com a categoria de competência para a vida, defendida no PAT II, como elemento essencial para o mercado de trabalho. Como principais conclusões, identifica que os referidos projetos educacionais obedecem à lógica do capital à medida que se situam na relação entre força produtiva e a formação ideológica (subjativa) que atende a morfologia sociometabólica do capital.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Política Educacional Angolana.

Resumen: Esta investigación de análisis bibliográfico y documental analiza el Proyecto Empoderamiento de las Niñas y Aprendizaje para Todos (PAT II) en la cooptación de las demandas femeninas, comprendiendo la centralidad del Banco Mundial en la política educativa angoleña. Problematisa la dirección de las demandas femeninas hacia el mantenimiento de la formación de un tipo de fuerza laboral flexible que intensifica la precariedad de las relaciones laborales en el contexto angoleño, junto con la categoría de habilidades para la vida, defendida en el PAT II, como elemento esencial para el mercado laboral. Como principales conclusiones, identifica que los proyectos educativos antes mencionados obedecen a la lógica del capital, en tanto se ubica en la relación entre la fuerza productiva y la formación ideológica (subjativa) que atiende a la morfología sociometabólica del capital.

Palabras clave: Mujer. Trabajar. Política Educativa Angoleña.

Abstract: This bibliographical and documentary analysis research analyzes the Girls' Empowerment and Learning for All Project (PAT II) in the co-optation of female demands, understanding the centrality of the World Bank in Angolan educational policy. It problematizes the direction of female demands towards maintaining the formation of a flexible type of workforce that intensifies the precariousness of labor relations in the Angolan context, together with the category of life skills, defended in PAT II, as an essential element for the job market. As main conclusions, it identifies that the aforementioned educational projects obey the logic of capital, as it is located in the relationship between productive force and the (subjective) ideological formation that meets the socio-metabolic morphology of capital.

Keywords: *Woman. Work. Angolan Educational Policy.*

Introdução

Existe atualmente em Angola um senso de urgência, que parece apontar para reformas de diferentes âmbitos. No econômico e no educacional, imperam as reformas do tipo de ajuste estrutural (neoliberal), em que as medidas adotadas pelo Estado tendem a subtrair os vários processos sociais alcançados no pós-independência. A primeira mudança estrutural do Estado angolano se deu entre o final do ano de 1988 e início de 1990, aquando da nova mobilidade nacional e internacional. Compreendendo tal mobilidade, o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)² realizou algumas alterações no seu estatuto interno, fazendo a transição de um Estado socialista para um Estado nominalmente democrático, baseado no Estado de Direito, com um sistema multipartidário (Angola, 1991).

Assim, terminado os primórdios da experiência socialista angolana (1975 – 1989), começou-se a presenciar ondas de transformações. Essas transformações têm por porta de entrada a desvinculação de Angola da União Soviética e da Alemanha Oriental, reorientando-se para países capitalistas, de onde passou a obter apoio financeiro. Este processo conduziu (se não forçou) Angola a integrar-se ao grupo de assistência do Banco Mundial (BM), em 1989. A partir desta relação, passa-se, então, a se impor em Angola um novo sistema operacional. Nisso, o processo laborativo e administrativo da configuração das políticas públicas sofre alterações no modo de funcionamento, passando, agora, a obedecer a uma agenda de cooperação e assistência internacional coordenada pelos organismos multilaterais. Dentre os “organismos multilaterais”³, parceiros do Estado angolano na cooperação internacional, destaca-se o BM. Este tem sido o que mais exerce influência no direcionamento das políticas educacionais em Angola (Kalenguessa, 2023; Paxe, 2014). Por exemplo, o primeiro projeto educacional do BM se deu em 1992; nele, o BM apresenta Angola como “[...] potencialmente um dos países mais ricos da África em dotação de recursos naturais (petróleo, ferro, manganês e diamantes)” (Banco Mundial, 1992, p. 4). Entretanto, o BM também aponta que Angola simultaneamente é, ou tem, uma das economias mais distorcidas do continente.

Desse modo, para tentar mitigar ou “ajudar” o governo angolano, a proposta do projeto consistia em preparar uma estratégia para a reabilitação e revitalização do sistema educacional de Angola. Os pressupostos do projeto de 1992 encontram-se presentes na segunda reforma educacional angolana de 2001⁴ (Nguvule, 2006; Kalenguessa, 2023). Após a implementação do projeto, dois novos projetos foram aprovados: Projeto de Aprendizagem para Todos (PAT I⁵ de 2014 a 2021) e Projeto de Empoderamento das Raparigas⁶ e Aprendizagem para Todos (PAT II de 2021 a 2025). Destarte, os projetos PAT constituem-se como desdobramentos do projeto de Estratégia de Parceria do País (EPP) (Country Partnership Strategy - FY14 - FY16), de 2013, entre Banco Mundial e o Estado Angolano.

O EPP visa, conforme o BM, apoiar Angola na transição de uma economia de renda baixa para uma de renda média, através da diversificação da economia, com a mobilização de um conjunto de

instrumentos dos quais se destaca o conhecimento, que constitui o cerne da EPP (Banco Mundial, 2013). A relevância da EPP na parceria de ambas as entidades se dá no papel que o “documento da EPP”⁷ desempenha ao detalhar o alinhamento entre o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e os objetivos do projeto que, segundo o BM, fornecerá ao país uma oportunidade de trabalho econômico e setorial com foco no “[...] desenvolvimento rural, restrições de gênero, desenvolvimento de competências – que procurará influenciar as políticas do Governo [...]” (Banco Mundial, 2013, p. 18). Observa-se, assim, que o documento vai muito além de um simples processo de cooperação.

Desse modo, após a presente exposição, tomamos como questionamento a entender neste artigo: o que consiste a categoria de “competência para vida”⁸, defendida no PAT II como elemento essencial para o mercado de trabalho? Queremos, com esta indagação, problematizar o direcionamento das reivindicações “feministas”⁹ para a manutenção da formação de um tipo de força de trabalho flexível à intensificação da precariedade do mundo do trabalho no contexto angolano. Ademais, para a delimitação do nosso escopo, organizamos o presente trabalho em três frentes investigativas, que são: 1) Situação da mulher em Angola, analisando-a do ponto de vista histórico; 2) Economia angolana em relação à informalidade, à ruralidade e à educação; e 3) Política educacional angolana e a parceria com o Banco Mundial. Prendemos, com esta estrutura, compreender a cooptação da formação feminista na mira do capital.

A situação da mulher em Angola

O percurso histórico de Angola é agudamente marcado por um longo período de lutas, exploração, violência e esperança. Tais componentes resultam, em grande medida, de dois marcos históricos: a colonização e a guerra civil. No que lhes concerne, a dinâmica de tais elementos se deu entre continuidade e ruptura no decorrer do tempo. No caso da segunda dinâmica, a ruptura se deu após o alcance da independência de Angola em 1975 e da paz em 2002. Por seu turno, a dinâmica da continuidade corresponde, para nossa análise, ao aprofundamento da exploração da força de trabalho, aqui direcionada à “formação de um tipo de força de trabalho”¹⁰ flexível à intensificação da “precariedade”¹¹ do mundo do trabalho no contexto angolano. Entretanto, para compreender a complexidade do direcionamento, é necessário conhecer, ainda que de forma breve, a situação da mulher em Angola.

Do ponto de vista histórico, a mulher angolana se situa no âmbito de lutas constantes, seja contra a dominação e exploração masculina, seja contra o sistema imperialista/colonial, por exemplo. Na época da luta colonial, algumas organizações feministas se mobilizaram na luta de libertação de Angola. Destas organizações, destaca-se a Organização da Mulher Angolana (OMA - 1963), que constitui a ala feminista do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A OMA foi fundamental na garantia de que todas as mulheres estivessem envolvidas em todos os níveis, social, econômico e político, principalmente no partido do MPLA (Mouzinho; Cutaia, 2021). Tal como a ala masculina, a OMA

realizou atividades que foram importantes na manutenção da resistência contra o regime colonial; neste ambiente de luta, as mulheres atuaram em várias áreas, como professoras, militares, ativistas, camponesas, cuidadoras, radialistas, articuladoras e líderes, tal como Diolinda Rodrigues¹² do esquadrão “Kamy”¹³, na linha de frente do combate “enfrentado os mesmos desafios e sofrendo as mesmas consequências” (Mouzinho; Cutaia, 2021, p. 6-7).

Além da OMA, outras organizações feministas¹⁴ também imprimiram sua efetividade na historicidade da libertação de Angola e na luta da guerra civil. Entretanto, terminados os dois marcos históricos de Angola, as contribuições das mulheres foram obliteradas pela narrativa dominante masculina. As transformações da mobilidade política e econômica do Estado angolano, após a guerra civil, influenciaram no papel da mulher angolana na família e na sociedade. O diagnóstico de gênero em Angola de 2015 realizado pelo Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) demonstra que:

A desresponsabilização do Estado face aos sectores sociais, promovida pela implementação dos programas de ajustamento estrutural (finais dos anos 80), implicou dificuldades adicionais para as mulheres. As intensas políticas de privatização e de liberalização económica não acautelaram [pioraram] a situação das camadas trabalhadoras em geral e das mulheres em particular (Paane, 2015, p. 9).

As (contra)reformas de cunho neoliberal, tanto para o domínio econômico, como no educacional, reduziram a atuação do Estado na promoção de políticas públicas de redução da disparidade de gênero em vários setores da vida social. Ademais, atualmente existe uma grande discrepância entre homens e mulheres, principalmente em termos de rendimento, no acesso aos serviços básicos (energia, água e saneamento), no acesso à habitação, à terra, ao crédito e no acesso à formação contínua de um considerável número de mulheres (Paane, 2015). Em todas essas áreas existe a predominância masculina.

Tal configuração lançou as mulheres para margem da sociedade, imprimindo no gênero um caráter de subalternidade, isto é, “[...] função desagregada e descontínua da sociedade civil” (Secco, 2022, p. 17). A desagregação é uma característica que permeia a situação da mulher angolana, seja no âmbito do patriarcado¹⁵, seja no âmbito da categoria do proletário. É importante destacar que a separação entre as categorias é apenas de cunho didático, haja visto que a mulher trabalhadora é explorada no trabalho dentro e fora de casa, mas por opressores distintos (Secco, 2022). Tal alinhamento conceitual permite pensar as demandas feministas não apenas no âmbito cultural (categorias de sexo), mas atrelado ou “[...] enovelado com classes sociais e racismo, [que] apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, mas traz também, em seu bojo, uma contradição de interesses” (Saffioti, 2015, p. 113). Assim, as reivindicações feministas que se apresentam como desafios a serem superados são, dentre outras, (I) Elevadas taxas de analfabetismo (aproximadamente 50% entre as mulheres; problema mais grave na área rural que na área urbana); (II) Elevadas taxas de abandono escolar devido à gravidez precoce; (III) Insuficiência da rede de serviços especializados em saúde reprodutiva, cuidados maternos infantis e planejamento familiar; (IV) Fraca defesa dos direitos das mulheres; (V) Disposições legais insuficientes relativamente à fuga à paternidade. (Paane, 2015, p. 9 - 10).

Esses desafios são encarados do ponto de vista da condição para a saída da marginalização (do subalterno) nos momentos iniciais da mobilidade do empoderamento feminino se, e somente se, dentro da relação de hegemonia/subalternidade a dimensão cultural não for considerada “como a única existente, cancelando qualquer referência ao fator econômico, a divisão da sociedade em classe e à opressão de classe (Liguor, 2022, p. 25). A delimitação de tal análise na compreensão das demandas feministas possibilita não só vislumbrar a mobilidade do PAT II, mas também o interesse da cooptação de tal demanda para manutenção do Capital, na medida que situa o empoderamento feminino no âmbito da individualidade, “[...] transformando as empoderadas em mulheres-álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria das mulheres não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é delas, porquanto [...], não lutaram suficiente[...]” (Saffioti, 2015, p. 121). Isso significa que a individualidade e a meritocracia não são parâmetros para categorização do empoderamento feminino (Davis, 2016).

Mouzinho e Cutaia (2021) sinalizam que, atualmente, cresce na percepção da sociedade angolana uma visão (ideologia) cada vez mais individualista. Tal processo encontra-se incorporado nas discussões feministas, nas quais o individualismo é manifesto como foco nas habilidades de cada mulher de alcançar e manter a sua igualdade a partir das suas ações e escolhas. Dois exemplos corroboram com tal análise: o primeiro corresponde ao discurso nacional de final de ano, proferido pelo ex-presidente da república, Jose Eduardo dos Santos, no ano de 2016, no qual propõe que os angolanos deveriam trabalhar juntos para “promover a cultura da meritocracia, produzir melhores resultados e desta forma, aumentar a riqueza nacional e distribuí-la de forma mais justa” (dos Santos, 2016); o segundo diz respeito à entrevista dada à Forbes em 2013 pela então (na época) mulher mais rica de África, Isabel dos Santos, filha do ex-presidente de Angola, Jose Eduardo dos Santos, na qual afirmava que “se é determinado, o trabalhador vai conseguir, este é o ponto principal. Não acredito que haja uma forma fácil” (Forbes, 2013).

Tais narrativas não só se apresentam como falaciosas e grotescas, quando confrontadas com a enorme desigualdade social e econômica na realidade angolana, mas também reforçam e solidificam a ideologia neoliberal que tem sido desenvolvida pelo governo angolano em parceria com o BM. Tais discursos não encontram fundamento quando se observa que as mulheres, apesar de serem maioria na sociedade angolana, não têm seu interesse alcançado e nem assegurado pelas várias políticas públicas implementadas. Segundo Mouzinho (2018), quando se observa, por exemplo, as propostas de alocação do Orçamento Geral do Estado (OGE), revela-se uma realidade preocupante. A autora aponta para dois setores preocupantes: a educação e a saúde. No caso da educação, sinaliza-se a falta de verba pública no setor da educação pré-primária e no decréscimo do investimento do ensino primário, impactando diretamente (no caso da pré-primária) no aumento de “[...] encargos em termos do trabalho de cuidado não remunerado exercido pelas mulheres” (Mouzinho, 2018, p. 15).

No caso do “ensino primário”¹⁶, o a falta de investimento implica no aumento do analfabetismo, pois este é tido como um dos sectores com “[...] a responsabilidade de reduzir as taxas de

analfabetismo no país, que são particularmente acentuadas para as mulheres e meninas” (Mouzinho, 2018). Na saúde, apesar dos recentes aumentos de investimento desde 2017 (por exemplo, nos serviços de saúde materno-infantil), destaca-se que, do ponto de vista estrutural, o peso destes setores no OGE não expressa as necessidades urgentes da classe trabalhadora angolana, vide a elevada taxa de mortalidade materna que “[...] continua a ser uma das principais negações de direitos às mulheres em Angola” (Mouzinho, 2018). A esse panorama, soma-se a situação em que mulheres e meninas (menores de idade), pelas péssimas condições socioeconômicas, são levadas/aliciadas a aderirem ao trabalho sexual ou à “prostituição”¹⁷. É o que nos mostra Sebastião (2019), com base no estudo da Associação de Reintegração dos Jovens/Crianças na Vida Social (SCARJOV) sobre as razões que levam as trabalhadoras do sexo em Angola a exercerem tal profissão:

O estudo indica que 54,4% das trabalhadoras de sexo apontaram dificuldades da vida como uma das principais razões para o exercício da profissão, 14,4% indicaram ter sido o abandono escolar, 7,6% porque o marido não aguentava os encargos financeiros, 4,4% porque a família queria assim e 10,7% por não terem ocupação. Ou seja, a maior parte das mulheres recorria ao trabalho de sexo para dar resposta às necessidades socioeconômicas das suas famílias. E isto reforça a necessidade de falarmos sobre violência económica [...], e como a não resposta estrutural exige que algumas mulheres recorram ao trabalho de sexo como única resposta para alimentar os seus filhos (Sebastião, 2019, p. 38).

A partir do postulado acima, é possível inferir que a degradação das condições socioeconômicas reside na incapacidade estrutural do Estado burguês em atender as necessidades imediatas da produção da vida em detrimento da autorreprodução do capital. Ou seja, o consequente aumento do desemprego, a falta de oportunidade, a diminuição e restrições dos direitos/serviços sociais (educação, saúde etc.) e as políticas efetivas do Estado, juntamente com as implicações sociais que advêm destes fenômenos, são frutos do sistema sociometabólico do capital (Mészáros, 2011). Segundo argumenta Antunes (2011), recorrendo a Mészáros, trata-se, nesse sentido, da disjunção radical entre a produção para as necessidades sociais e a autorreprodução do capital; tal forma se tornou a tônica do capitalismo contemporâneo, gerando assim consequências devastadoras para a humanidade.

As mesmas implicações e razões das trabalhadoras do sexo, também pode ser constatada em relação às condições da maioria das meninas e mulheres que vivem nas zonas de mineração (por exemplo, na Lunda Sul)¹⁸, onde as limitações supracitadas (educação, saúde, emprego, formação) resultam na “opção pelo casamento precoce e pelo sexo transacional como estratégias de sobrevivência” (Malomalo, 2020), tornando-as, em muitos casos, presas fáceis dos “exploradores”¹⁹ sexuais. Na sua maioria, as mulheres afetadas pelos componentes das disparidades se encontram em zonas rurais, onde a desigualdade é mais acentuada. Por outro lado, a configuração de tal fenômeno se estende em dimensão nacional. Por exemplo, quando se observa a disparidade entre jovens de 15-24 anos que não estudam, não trabalham, nem estão em formação profissional, percebe-se que a proporção média nacional aplicada à população (tomando o ano de 2020) “[...] daria 1,874 milhões de jovens, dos quais 665 mil rapazes e 1,209 milhões de raparigas (Angola, 2016a).

A situação se agrava quando se aplica, neste contexto de disparidade de gênero, a violência doméstica. Apesar da aprovação em 2011 da Lei Contra a Violência Doméstica – Lei n.º 25/11, de 14 de julho e, por conseguinte, de ter-se registrado um aumento significativo nas denúncias, isso teve pouco impacto prático na redução da incidência da violência doméstica. É importante frisar que o aumento das denúncias não significou efetividade nas resoluções, visto que a demora nos procedimentos processuais, a dependência econômica (das vítimas em relação aos agressores) e a cultura do incentivo à desistência/retirada das denúncias, tem servido na maioria das vezes “apenas para perpetuar um ciclo de violência” (Gavião, 2019). Tal configuração da situação da mulher em Angola reflete em grande medida não só o caráter ideológico, mas também a estrutura orgânica da economia angolana (por exemplo, a marginalização das mulheres em relação ao mercado informal) e demonstra as nuances desta, no alinhamento com a chamada “globalização”. Por isso, torna-se imprescindível compreender tal dinâmicas a luz da economia angolana.

Economia angolana no recorte da informalidade, ruralidade e os impactos na educação.

Nas últimas décadas, a economia angolana tem vivido uma autêntica “montanha-russa”, com crescimento substancial e decrescimentos agudos. Tal aspecto, que não é um fenômeno isolado, está associado a um conjunto de fatores, quer sejam internos, quer sejam externos. Como exemplo, temos o declínio em preços globais do petróleo, crises econômicas e climáticas etc., que incidem direta e indiretamente no funcionamento da economia nacional. No entanto, antes de apresentarmos a economia angolana, vale observar como se estrutura o sistema capitalista em relação ao seu processo cíclico (crise).

No sistema capitalista, o modo de produção se estrutura pela reprodução ampliada, significando que “[...] parte do lucro se destina a ampliar sua escala de produção, no intuito de vencer a concorrência de outros capitalistas” (Gawrywski, 2017). Tal processo encontra entrave quando as composições técnicas, capital constante e capital variável sofrem alterações que incidam na composição orgânica do capital. Portanto, o aumento do capital constante (meios de produção) em detrimento (a custo) do capital variável (força de trabalho) “[...] reflete-se na composição de valor do capital [...]” (Marx, 2011, p. 456). Esse processo gera uma contradição ao sistema capitalista, que com o desenvolvimento da produtividade do trabalho acaba por incidir na redução da força de trabalho. Ora, tendo em vista que o processo produtivo depende em grande medida da exploração da força de trabalho, pois dela advêm a mais-valia, entende-se, por conseguinte, que “[...] a elevação da composição orgânica do capital implica decisivamente para o que Marx denominou como ‘lei tendencial da queda da taxa de lucro’” (Gawrywski, 2017, p. 86). De acordo com Iasi, “[...] o resultado desta tendência não é apenas a persistente polarização entre miséria e riqueza, mas também a base para a explicação marxiana da crise (Iasi, 2009. p. 29, grifo nosso). Portanto, tal pressuposto se constitui em:

[...] subsídio fundamental para a análise das crises capitalistas, na medida em que o capital, ao converter gastos em equipamentos, tecnologias e conhecimentos lhe permite baixar os preços, porém, à custa do recrudescimento de uma população

excedente ao processo produtivo, a chamada superpopulação relativa (Gawryski, 2017, p. 86).

Assim, em meio à tendência da queda da taxa de lucro, um conjunto de contratendências são operadas no sentido de restabelecer os níveis de lucratividade. Mauro Iasi (2009, p. 37), invocando Marx, enumera alguns destes dispositivos, como: a intensificação da exploração da força de trabalho; a redução dos salários; formação de uma superpopulação relativa; ampliação do mercado externo; e aumento do capital portador de juros. Observa-se, assim, que estes dispositivos estão diretamente correlacionados à ordem monopólica do capital e que são eles que possibilitam a cartografia do capital dentro da ação do Estado — isto é, por serem contratendências poderosas, somente o Estado pode fazê-lo. Tal configuração é perceptível na economia angolana.

A economia de Angola ainda é bastante dependente da indústria extrativista, especificamente do petróleo, que, dependendo da variação do preço global, tende a incidir no PIB nacional. Tem sido assim desde o último decênio. Após o fim da guerra civil em 2002, o PIB real médio havia crescido 15% entre 2002 a 2008 (devido à alta do preço do petróleo). Entretanto caiu para 3,1% durante o período de 2009 a 2011 (BM, 2013). O declínio se deu devido à queda do preço do petróleo a nível global (e da crise de 2008) e à contração da produção doméstica do petróleo. A arrecadação começou a cair rapidamente, saindo de U\$ 13,2 bilhões em 2008 (entre janeiro a outubro), para U\$ 600 milhões em fevereiro de 2009.

Assim, com a queda da principal fonte de receita do governo, o impacto foi imediato na economia não petrolífera através da diminuição do consumo privado por conta dos ajustes aplicados pelo governo, tais como cortes nos gastos/investimentos públicos, acumulação substancial de atraso no pagamento salarial, com empresas nacionais, principalmente no “setor da construção civil” (BM, 2013). Nos finais de 2009 e começo de 2010, a economia angolana voltou a crescer, com pico em 2012, quando o PIB atingiu um crescimento de 8,54%. Por sua vez, de 2013 a 2015 constatou-se uma desaceleração do crescimento econômico, tendo caído para terreno negativo em 2016, com -2,58% (ver o Gráfico 1).

Gráfico 1 — Crescimento Real do PIB de 2009 a 2016



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2018.

Nesse período, em relação à participação das atividades na composição do PIB, por exemplo, em 2016, “destacam-se a Extração e Refinação de Petróleo Bruto e Gás Natural que constituíram 21,20%, o Comércio, 16,65%, a Construção, 13,98% e a Administração Pública, Defesa e Segurança

Social Obrigatória, com 10,77%, agropecuário e silvicultura, 6,24%” (Angola, 2018, p. 2). Observa-se que os principais setores (participantes) na composição do PIB são em sua maioria compostos por empresas Estatais, que constituem o núcleo do emprego formal.

Entretanto, com aplicação dos ajustes estruturais do Estado, houve uma redução da procura por força de trabalho, tanto no setor público como no privado. Assim, com a diminuição de rendimentos das famílias, os agregados familiares foram forçados “[...] a procurar alternativas de geração de recursos no setor informal. O crescimento da participação das mulheres no setor informal corresponde também a uma tentativa de compensar a diminuição dos rendimentos familiares” (Paane, 2015, p. 51). O setor informal (ou economia informal) é constituído por um conjunto de atividades e de trabalhadores/as que não são abrangidos/as, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (ver o Quadro 1). Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento - BAD (2021), a economia angolana apresenta níveis altos no que tange a informalidade. Tal constatação corrobora com a visão segundo qual, após o período de colonização dos países da África subsaariana, a economia informal passou a ter mais visibilidade (Silva, 2010). Entretanto, em Angola, além da colonização e dos ajustes estruturais, existem outros fatores que explicam a exponencialidade do mercado informal.

Para Lopes (2013), um dos fatores do aumento significativo deste fenômeno decorre do processo migratório (interno) em Angola, isto é, a saída das zonas rurais para a zona urbana. Este, por sua vez, está relacionado ao segundo marco histórico supracitado, isto é, a guerra civil, que obrigou famílias inteiras a abandonarem seus lares e imigrarem para locais menos afetado pela guerra (principalmente em zonas urbanas — capitais das províncias, com destaque para Luanda, capital do País). Além disso, soma-se a esse processo a volta dos angolanos (após o fim da guerra civil em 2002) que haviam imigrado para países vizinhos, como Namíbia, os dois Congos e Zâmbia. Desse modo, o “[...] boom demográfico, a escassez de oferta de trabalho e o número elevado da população colaboraram com o aumento das atividades informais na zona urbana” (Cardoso; Mendes, 2024, p. 142-143).

Quadro 1 — Caraterísticas dos trabalhadores/as e das atividades da economia informal

Principais Trabalhadores e trabalhadoras da economia informal de Angola	
Candongueiros	Conjunto de motoristas de veículos autônomos que prestam serviços de transporte urbanos e periurbano; normalmente com vans de 12 a 16 lugares.
Kinguilas ou doleiros	Atividades comerciais informais de trocas de moedas estrangeiras nas ruas; essas atividades podem ser inclusas nos ramos de comércio ilegal, pois são condenáveis à luz do direito internacional e das normas financeiras do Banco Nacional de Angola.
Zungueiras/ Zungueiros	Pessoas (majoritariamente mulheres) que andam de rua em rua, principalmente em centros urbanos (mas não restritas a estes), para a venda de diversos produtos; entre as zungueiras(os) podemos referenciar a venda ambulante de peixe fresco, frutas diversas, calçados etc.
Quitandeiras/ Quitandeiros	Pessoas (majoritariamente mulheres) concentradas em um local indicado pela administração municipal com o fim de comercialização de diversos produtos; espaços dedicados a atividades comerciais, chamadas de praças. Nas praças, o comércio é extensivo, podendo-se encontrar todo e qualquer tipo de produto, legal e ilegal.

Fonte: Elaboração própria com base em Cardoso *et al.*, 2022.

Segundo o inquérito do INE, de novembro de 2021, em Angola, a maioria das pessoas “empregadas” encontra-se no “emprego informal, 81,1% (8 639 165), das quais 44,55% são homens (3 847 051) e 55,45% mulheres (4 792 114)” (Angola, 2021b). O inquérito ainda apresenta que a taxa de emprego informal é maior na área rural que na área urbana (95,1% e 67,1%), tendo como principal grupo etário jovens de 15 a 25 anos. Outro dado importante a ser analisado corresponde ao setor da agricultura, que responde por mais da metade (54,2%) da população empregada, sendo um setor no qual impera a predominância feminina. Segundo Paane (2015), existem dois grandes constrangimentos em relação aos atores da economia informal: a) a pouca capacidade de rendimento; e b) o baixo ou nenhum nível de escolaridade. Destarte, o contingente de força de trabalho presente na informalidade sedimentam a precarização e o aprofundamento das desigualdades sociais que se apresentam de forma implacável para os jovens trabalhadores/as angolanas/os.

A esse cenário se soma a violência policial contra as/os trabalhadoras/os do mercado informal, principalmente contra as zungueiras/zungueiros, através da destruição de bens e produtos (dos vendedores/as) e confrontos físicos. Vide, por exemplo, a “Operação Resgate”²⁰, cujo impacto sobre as atividades comerciais informais foi instantâneo, afinal apenas 6% da população não tem qualquer relação com o mercado informal (Monteiro, 2019). Assim, a operação, ao dificultar/proibir/encerrar a atividade das vendedoras informais e ambulantes (sendo esta fonte de sustento para muitas famílias em Angola), imprimiu neste cenário já caótico um contraste ainda mais agudo, como; a) agravamento da pobreza; b) retirada da única fonte de rendimento de 25% das famílias que vivem do comércio informal, com o encerramento de praças, armazém e a proibição de venda nas ruas; c) aumento do desemprego formal (encerramento de armazéns) e emprego informal bem como a redução de fontes de renda alternativa; e d) aumento do número de crianças fora do sistema de ensino que frequentavam colégios em áreas periféricas, onde não existem escolas públicas e cujas propinas (mensalidade) eram pagas com os proventos da zunga (Monteiro, 2019, p. 30).

Segundo Mouzinho, no atual cenário existem “três políticas econômicas”²¹ veiculadas pelo governo, que possibilitam enxergar a atual reestruturação fiscal e monetária:

(i) a introdução do Imposto do Valor Acrescentado (IVA), (ii) a liberalização da taxa de câmbio, que resultou na rápida desvalorização do Kwanza, e (iii) o ajuste no preço de água e energia e o iminente corte nos subsídios de combustível; tanto pelo fato de constituírem uma mudança radical na forma como o governo tem conduzido a economia até agora, bem como pelo impacto que elas têm tido na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo dos mais vulneráveis (Mouzinho, 2020, p. 65).

Ao se observar a dinâmica da política macroeconômica do Estado angolano, percebe-se que a reestruturação de sua funcionalidade decorre da sua inserção na mundialização do capital; portanto, responde ao imperativo do “capitalismo flexível e da centralidade da precarização social do trabalho” (Druck, 2011), à medida que se submete e age a serviço do capital financeiro. Institui, assim, um novo modo de trabalho e de vida (cria e aumenta o exército industrial de reserva, para concorrência e chantagem entre trabalhadores/as), cujo caráter efêmero e volátil do produto e do produtor (homens e mulheres), torna-se na tônica contemporânea. Nesse sentido, observa-se um alinhamento entre a

dinâmica econômica e o direcionamento das políticas educacionais no que tange ao nexo de forças produtivas e a necessidade da formação ideológica de trabalhadores e trabalhadoras na relação educação/trabalho no contexto angolano. Deste sistema educacional é requerido um tipo de formação que seja capaz de imprimir no/as trabalhadores/as competências e habilidades que lhes permitam se submeter a quaisquer condições para atender ao “novo ritmo e às rápidas mudanças” (Druck, 2011). Disso deriva a nossa compreensão sobre a necessidade de entender o atual momento da política Educacional angolana e da sua parceria com o BM.

Política educacional angolana e a parceria com o Banco Mundial

No atual cenário, no papel de mediador e operador no que tange a “Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (CID)²², com uma dinâmica tal na política educacional angolana, destacamos a atuação do Banco Mundial, cuja função se articula entre os interesses do centro global e a condicionalidade de subalternidade da periferia global (Kalenguessa; Dourado, 2024). Na visão do Banco, a sua assistência técnica e a mobilidade que se efetiva na sua exigência de adotar certas medidas econômicas e educacionais em troca dos empréstimos possibilitam aos clientes uma melhoria na “[...] qualidade do ambiente doméstico para o desenvolvimento capitalista, em particular para o capital estrangeiro” (Pereira, 2012). A incidência de tal pressuposto caracteriza o BM naquilo que o filósofo sardo, Antonio Gramsci, denominou de Intelectual orgânico/coletivo, ou seja, “[...] o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]” (Gramsci, 2016, v. 5, p. 76). A caracterização implica determinadas escolhas, visão de mundo e preposições adequadas aos imperativos categoriais do capital. Nesse sentido, “é responsabilidade do intelectual orgânico o aprofundamento dos consensos na sociedade civil para a manutenção dos interesses do Estado” (Kalenguessa; Morais, 2023).

Trata-se, portanto, de um *player* do CID, que trabalha aberta e intensamente para promover a expansão do capitalismo internacional em suas operações. Significa que os projetos educacionais estabelecidos na parceria entre o BM e Estado angolano situam-se, entre outras coisas, dentro deste alinhamento político-ideológico. Tal constatação permite vislumbrar as transformações que têm ocorrido na política educacional angolana, principalmente a partir dos anos 1990, período no qual os técnicos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial passaram a veicular em Angola a ideia de mudanças em diversas esferas, isto é, passaram a exigir reformas do sistema geral de Angola (Menezes, 2000). Nesse sentido, na medida em que crescia a interferência internacional nos assuntos domésticos, passou-se a prescrever em Angola a readequação das condições internas às exigências externas.

Tal processo não foi diferente com o sistema educacional angolano. Nos anos de 1990 o Ministério da Educação angolana elaborou o seu primeiro pré-projeto da segunda reforma educacional, tendo como um dos elementos delimitadores os pressupostos veiculados ao primeiro projeto educacional do Banco Mundial para Angola, conforme supracitado. Segundo o Ministério da Educação

de Angola (Angola, 2016a), o “Sistema” de Educação em Angola (SEA) no período da independência pode ser caracterizado por quatro “etapas/fases”²³: (i) 1975-1986 (herança do Sistema Educacional Colonial – SEC e 1ª Reforma Educativa); (ii) 1986-2001 (2ª Reforma Educacional a partir do Diagnóstico do Sistema Educacional e das recomendações do Banco Mundial e UNESCO); (iii) 2001-2015 (Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação); e (iv) 2015 – 2030 (Plano Nacional de Desenvolvimento - Educar Angola). Em cada uma das etapas, o SEA elaborou um conjunto de projetos e leis para atender não apenas os interesses internos, mas também externos.

Entretanto, o embricamento dos interesses e das necessidades apontadas nos projetos como determinantes da exigência ou viabilidade revelam uma sobreposição entre o carecimento endógeno e as demandas exógenas. Em outros termos, existe uma hierarquização no que tange à dinâmica da cooperação, já que os interesses dos financiadores tendem a se sobrepor em grande medida aos dos receptores, vezes há em que tudo (objeto e a necessidade) advêm do financiador (Sogge, 2004; Milani, 2018). Nesse sentido, acompanhando Lênin, postulamos que o imperialismo, “[...] uma vez constituído, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra particularidade” (Lênin, 2021, p. 80). Nesse sentido, a dilatação de tal categoria clássica no tempo presente se expressa no uso de redes de disseminação que atuam como verdadeiro exército de intelectuais coletivos do capital, na medida que procuram capturar e tornar toda esfera da vida, natureza, política, social e cultural como eixo mercantil a serviço da “produção de valor” (Fontes, 2010). Portanto, é neste contexto interno e global que se situa a importância da análise do PAT II. Vale destacar que a nossa delimitação não esgota nem ignora outros aspectos que podem ser elaborados do PAT II, apenas o delineamos nesta configuração, dado o caráter dialético da nossa análise. Dito isto, passamos agora a analisar mais detidamente o projeto PAT II.

O Projeto de Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos (PAT II), se situa no âmbito de gênero e alberga como elemento central, no que tange ao empoderamento das raparigas, o adquirimento de competências para a vida. Com previsão de 5 anos de duração e com um custo total estimado em US\$ 250 milhões, o PAT II visa capacitar e educar os jovens angolanos, especialmente meninas, através da melhoria do sistema educativo e do acesso à educação, “[...] o que lhes proporcionará oportunidades adicionais de continuarem os estudos ou entrarem no mercado de trabalho, melhorando assim as suas futuras escolhas” (Angola, 2021a, p. 42). O documento também aponta que:

Os constrangimentos mais prementes para o desenvolvimento do futuro ‘capital humano’ de Angola centram-se no empoderamento das raparigas e na pobreza de aprendizagem que impede a aquisição de habilidades subsequentes. O empoderamento de raparigas significa equipá-las com as competências, informação e oportunidades para terem sucesso na escola, no mercado de trabalho [...] (Angola, 2021a, p. 41).

Nesta perspectiva, a limitação do desenvolvimento do “capital humano”²⁴ em Angola, situa-se em dois componentes: a) fragilidade da participação feminina da vida social, isto é, ausência ou pouca representatividade em âmbitos político, econômico e cultural, e b) insuficiência na aprendizagem, que corresponde, na visão do BM, à falta de direcionamento ou foco no que é essencial em relação ao

processo de aprendizagem. A consequência dos dois fatores acima é a ausência de habilidades e competências, que permitiriam às mulheres competirem de igual com os homens, seja na escola, no mercado de trabalho e na vida. Tal estruturação equipara capital humano e aprendizagem à modalidade competitiva/mercadológica — como forma exponencial de estímulo ao empoderamento feminino. Conecta, desta forma, do ponto de vista somático, formação/competências + necessidade do mercado = formação adequada para a sociedade de mercado (Pronko, 2019). A equação decorre da relação indissociável entre novas formas/métodos de trabalho e determinado modo de ser e viver compatível e alinhado com tal lógica. O tipo de formação, neste contexto, decorre do novo tipo de homem/mulher que se quer ter em detrimento das demandas da organização produtiva (Gramsci, 2016).

Capacitar os adolescentes angolanos, com particular enfoque nas raparigas, dotando-os com competências técnicas e profissionais e competências para a vida [...]. Uma forte ênfase será colocada no apoio a esses indivíduos na aquisição de melhores competências para a vida, incluindo conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva, informações nutricionais, literacia financeira, empreendedorismo, educação cívica e aumento da autoestima (Angola, 2021a, p. 43-45).

Trata-se, neste sentido, de promover uma “formação de novo tipo” que possui como marca a reordenação comportamental e psicofísica do sujeito-trabalhador. Tal formação interessa-se por competências que miram o âmbito da competição individual e da capacidade de adaptabilidade em situações precárias. Segundo Ramos (2004, p. 8), “[...] a competência está sempre associada à capacidade de o sujeito desempenhar-se satisfatoriamente em situações reais, mobilizando os recursos cognitivos e sócio-afetivos”. Portanto, o interesse na formação das mulheres encontra respaldo quando se observa que, além do potencial juvenil de Angola, o documento sinaliza que o foco na pobreza educativa é primordial, pois, ela condiciona a obtenção das competências, ou seja:

Com uma população superior a 31 milhões de habitantes, em 2020 (INE, 2016), incluindo 20 milhões de jovens com menos de 25 anos, Angola tem um enorme potencial em capital humano. [...]. O foco na pobreza educativa é fundamental, uma vez que condiciona a própria aquisição e desenvolvimento de competências e capacidades que permitam responder às exigências e solicitações do mercado de trabalho [...] (Angola, 2021a, p. 14-15).

Observa-se, assim, que o que está em jogo nessa estrutura não é a formação integral (política, social, econômica e cultural) das raparigas, ou seja, a formação como possibilidade de emancipação, isto é, como fim em si mesmo na produção da vida/coletiva, mas sim, a formação como conjunto de competências para a “produtividade”²⁵. Nesse sentido, a competência se sintetiza conforme a “capacidade produtiva de um indivíduo” (Silva, 2008), cuja configuração não se dá na justaposição de um conjunto de saberes, “[...] habilidades e atitudes, mas da capacidade de combiná-los, integrá-los e utilizá-los de modo a atender ao que é requerido pelo contexto do trabalho e da produção no capitalismo contemporâneo” (Silva, 2008, p. 66). Segundo o BM, é necessário criar condições de modo a tornar “[...] os agentes econômicos existentes mais produtivos, para que novos negócios floresçam na economia angolana, em geral” (BM, 2013). O imperativo economicista imprime na estrutura pedagógica a compreensão segundo a qual a razão da educação está e deve estar apenas na dimensão estritamente

instrumental, de modo que a composição do pensamento crítico “não rompe os marcos do economicismo, contribuindo para a hipertrofia da crença no determinismo tecnológico, com significativas consequências desmobilizadoras” (Leher, 1999).

Assim, o projeto consegue, através de “léxico-locucional”²⁶ de camuflagem, como “pobreza educativa”, “desenvolvimento de competência” e “capital humano”, esconder as contradições das relações de produção na sociedade capitalista, colocando o aumento do desemprego e a marginalização das mulheres no âmbito meritório/individual. Disso deriva a compreensão segundo a qual a teleologia da formação atualmente decorre da perda da função do controle social alienado da sociedade e transferida para o capital, que, dado o caráter externo (em relação ao corpo social), expressa-se no interesse da volatilidade, desagregação e, ao mesmo tempo, no “[...] poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional” (Mészáros, 2011, p. 55). A inversão da função do controle decorre da ideologia da classe dominante — que naturaliza a subordinação/antagonismo de classe e universaliza (pelo caráter expansivo do capital) a condição periférica da mulher angolana, ao procurar encaixar e remediar as consequências históricas e ideológicas do capitalismo/colonialismo e patriarcado. Nas palavras do BM, caberia ao governo promover ativamente em toda economia o “[...] desenvolvimento de habilidades que transformam oportunidades de negócios atualmente inviáveis em empresas lucrativas capazes de absorver mão-de-obra cada vez mais qualificada” (BM, 2013, p. 29).

Tal dinamismo apresenta a exclusão da situação das mulheres angolanas como decorrente de uma opção educativa que não atende as necessidades do capital. Além de que não está em foco nestes direcionamentos uma formação que instigue a luta por direitos e a participação em todas as esferas, seja no político, social e cultural. Isto é, na dimensão da coletividade, como classe e de certa forma na máxima ontológica e ética do “Ubuntu”²⁷, isto é, ser e estar em constante relação dialética com outros seres na promoção do bem comum.

Destarte, é importante destacar o papel estratégico do PAT II em relação à totalidade das condições (subjéctiva e objectivas) e na abrangência da historicidade da parceria BM e Estado angolano, que faz do objeto (PAT II), não apenas um “mero” projeto humanitário, mas sim um documento essencial para compreender o que é requerido relativamente à formação da trabalhadora no contexto angolano, tendo em vista a divisão internacional do trabalho. Haja visto que o discurso de combate à pobreza e a ideia de melhorar o capital humano, proferido pelo BM e amplificado pelo Ministério da Educação de Angola, se inserem na lógica da “inserção atomizada em atividades mercantis lucrativas — em geral, associadas a atividades agrícolas” (Pereira, 2021, p. 6). Daí o foco em competências e habilidades (simples) que correspondam a tal direcionamento, considerando a região e o nível de desenvolvimento do país, pois, conforme o BM, a necessidade de tal modelo se deve ao aumento e à intensificação de novos países da periferia do capital (com rendimento médio) desejarem “aumentar a sua competitividade mediante a criação de novas forças de trabalho capacitadas e ágeis” (BM, 2020, p. 6).

Em outras palavras, a mundialização do capital desencadeou uma “divisão internacional do trabalho altamente hierarquizado, com intensa competição entre os países periféricos pelas etapas do processo produtivo de menor valor agregado (produção de commodities)” (Accioly, 2020. p. 115). Tal é a lógica dos pressupostos do PAT II, que aponta a solução dos muitos males que tem acometido a sociedade angolana (pobreza, miséria e a precariedade do mundo do trabalho) no âmbito privado, instância acalentadora da situação da mulher em Angola.

Conclusão

Após a presente exposição, podemos, então, inferir que a projeção veiculada pela política educacional angolana em parceria com BM, no que se refere à formação para as mulheres angolanas, proferida no Projeto de Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos (PAT II), encontra-se alinhada aos ditames da nova morfologia do capital presente no nexo educação/trabalho. Tal combinação estrutura-se a partir da sobreposição do mercado em relação à formação como possibilidade de emancipação (em si e para si). A sobreposição constitui, portanto, o modo de gerenciamento, controle, aglutinação e liofilização das políticas educacionais angolanas. A marginalização e a subalternidade das mulheres/meninas angolanas encontra, neste sistema/esquema, o pressuposto de que, para emponderá-las, é necessário equipá-las com um conjunto de competências para vida. Tais competências permitiriam que as angolanas afetadas pelo PAT II, conseguissem vislumbrar futuros melhores, haja visto que estariam capacitadas para encarar o mundo do trabalho.

Entretanto, os pressupostos veiculado pelo projeto escondem a máxima segundo qual a condição e a posição das (muitas) mulheres angolanas se situa na materialização histórica e ideológica das formas de opressão (capitalismo e patriarcado). Assim, ao localizar a saída da marginalização e da precariedade das mulheres/meninas pela via da individualidade/meritocracia, empreendedorismo, literária financeira, etc., o PAT II imprime de forma exacerbada a teleologia do sistema sociometabólico do capital. Na medida em que pressupõe a formação feminista, foca apenas na produtividade do sujeito-trabalhador, que precisa responder e atender as demandas exógenas, considerando o requerido pelo mercado e não o que indivíduo precisa/necessita para produção da vida. Disso deriva a compreensão segundo qual a equivalência/indissociabilidade entre a atual formação do novo tipo e o mundo do trabalho no contexto angolano corresponde à mundialização do capital — tendo como forma o capitalismo flexível e a precarização social do trabalho (Druck, 2011).

Destarte, dada a localização de Angola na hierarquia da composição orgânica, seja do ponto de vista geográfico, histórico ou da divisão internacional do trabalho, cabe a este fornecer ao capital mão de obra de menor valor agregado, de preferência para o âmbito agrícola. Pois importa que toda força de trabalho esteja a seu dispor, seja excluindo-a (superpopulação relativa) ou incluindo-a em menor grau, dadas as condições da precarização do trabalho. Em ambos casos, é necessário incutir no trabalhador/a

do campo ou da zona urbana atitudes e reordenação psicofísico que atendam à nova dinâmica da organização produtiva.

Referências:

- ANGOLA. **LEI 12/91 de 05 de maio de 1991**. Luanda, 1991.
- ANGOLA. INE – Instituto Nacional de Estatística. **Projecção da População 2014-2050**. INE, Luanda, 2016a.
- ANGOLA. **Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino**. Luanda. 2016b.
- ANGOLA. **Projeto Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem Para Todos (PAT II) – Projecto No. P168699**. Luanda. Fev, 2021a.
- ANGOLA. **Indicadores de Emprego e desemprego**: Inquérito ao Emprego em Angola. Luanda, 2021b.
- ANGOLA. **Contas Nacionais Anuais 2009-2016**. Luanda, abril, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. Introdução: A substancia da Crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ACCIOLY, Inny. Dominação e Resistências na África Subsaariana: Os Ataques aos Direitos ao Conhecimento e à Vida na Agenda do Desenvolvimento. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, p. 110-132, jun. 2020.
- ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: ALVES, G. (org.). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI**. São Paulo: LTr, 2011.
- BANCO MUNDIAL (WORLD BANK). **Angola, First Education Project**. Washington, D.C. May 7, 1992.
- BANCO MUNDIAL (WORLD BANK). **Angola - Country partnership strategy for the period FY2014-2016 (English)**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2013.
- BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO. **O mercado de trabalho em Angola e o impacto da pandemia da Covid-19**. 2021. Disponível em: https://www.afdb.org/sites/default/files/2022/09/27/o_mercado_de_trabalho_em_angola_002.pdf. Acesso em: 14 jan. 2024.
- CARDOSO, Michele Gonçalves; MENDES, Marina Kikusa. Mercado Informal em Luanda e as políticas públicas sociais para mulheres em situação de vulnerabilidade, no período da Covid-19 (2020-2022). **Revista Latitude**, v. 18, n. 1, p. 134-155, jan./jun. 2024.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOS SANTOS, José Eduardo. **“Presidential End of Year Address”**. December 19. Palácio da Cidade Alta. Luanda, Angola: 2016.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Cad. CRH**, v. 24, n. 1, 2011. Disponível em: [SciELO - Brasil - Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?](#). Acesso em: 10, jun. 2024.
- FORBES. **20 Inspirational Quotes from the Richest Africans**. 23 de novembro de 2013.
- FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Volume 4. 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GAVIÃO, Isabel. Lei Contra a Violência Doméstica: Uma Análise Crítico-Reflexiva. In: KITOMBE, C. Jose (org.). **Políticas Públicas: Do Discurso à Ação**. TUBA Informe! Odjango Feminista, 2019. p. 12-26.
- GAWRYSZEWSKI, Bruno. Crises capitalistas e conjuntura de contrarreformas: qual o lugar do ensino médio? **REVISTA PEDAGÓGICA** (UNOCHAPECÓ. IMPRESSO), v. 19, p. 83-106, 2017.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- KALENGUESSA, F. J.; DOURADO, I. P. Cooperação Educacional na África: Uma análise a partir das Políticas Educacionais Angolana e os Potenciais Contra-Hegemônicos dos Brics. **Jornal de Políticas Educacionais**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/95964>. Acesso em: 24 jan. 2025.
- KALENGUESSA, F. J.; MORAIS, S. Estado, Dominação Burguesa e Sociedade Civil: Uma análise Gramsciana a partir da Leitura de Dantas, Pronko e Guido Liguori. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 215–233, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/14822>. Acesso em: 23 set. 2025.
- KALENGUESSA, F. J. **PAT I – Parceria Entre o Banco Mundial e o Estado Angolano: Políticas Educacionais no Radar do Capital-Imperialismo**. 2023. Dissertação – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.
- IASI, Mauro. A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada. **Revista paria Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 25-40, jan.-jun. 2009.
- LIGUORI, Guido. Subalternos em Gramsci e na atualidade. In: DEL ROIO, Marcos. **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. 1. ed. São Paulo: Editora edusp, 2022. p. 23-40.
- LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do Capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. **Revista outubro**, edição 3, p. 19-30, 1999.
- LOPES, Carlos M.; RODRIGUES, Cristina; SIMAS, Gabriela. **Migração Interna, Urbanização e Saúde em Angola**. Bruxelas: Observatório ACP para as Migrações, 2013.
- MARX, K. **O Capital - crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOUZINHO, Âurea; CUTAIA, Sizaltina. **Reflexões sobre as organizações feministas em Angola**. Luanda, 2021.
- MILANI, Carlos R. S. **Solidariedade e interesse: Motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.
- MENEZES, Solival. **Mamma Angola: Sociedade e Economia de um país nascente**. São Paulo: Fapesp, 2000.
- MALOMALO, Maria. Interface Económica: Comunidades Mineiras, Exploração Sexual de Meninas e Mulheres Jovens. In: KITOMBE, Cecília Jose (org.). **Resistência Econômica das Mulheres: Um Desafio Diário**. TUBA Informe! Odjango Feminista, 2020. p. 41-51.
- MONTEIRO, Delma. Operação Resgate: Justiça Social em Angola. In: KITOMBE, C. Jose (org.). **Políticas Públicas: Do Discurso à Ação**. TUBA Informe! Odjango Feminista, 2019. p. 27-35.

MOUZINHO, Âurea. OGE na Perspectiva Feminista: A Importância de uma Análise Feminista do Orçamento Geral do Estado. CUTAIA, Sizaltina (org.). **Violência Institucional: Quando o Estado é o Agressor**. TUBA Informe! Odjango Feminista, 2018. p. 9-21.

MOUZINHO, Âurea. Para Além da Sobrevivência; Políticas Económicas Para Equidade E Justiça. In: KITOMBE, Cecília Jose (org.). **Resistência Econômica das Mulheres: Um Desafio Diário**. TUBA Informe! Odjango Feminista, 2020. p. 63 – 69.

NGUVULE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana (1976 – 2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.

PAXE, I. **Políticas educacionais em Angola: Desafios do direito à educação**. 2014. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2014.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Estruturação e desestruturação do mercado de trabalho no Brasil. **Texto para discussão**, Unicamp, Campinas, n. 454, 2023.

PEREIRA, João M. M. B. Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-1960). **Varia História**, v. 28, p. 389-417, 2012.

PEREIRA, João M. M. B. A Agenda Global da Educação no contexto da Covid-19. **LINHAS**, v. 22, p. 187-216, 2021.

PEREIRA, João M. M. B. **O Banco Mundial no Brasil (1990 – 2020)**. Curitiba: Appris, 2022.

PAANE. **Relatório Sobre o Diagnóstico de Género de Angola**. Luanda, março. Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE), 2015.

PRONKO, Marcela Alejandra. Modelar o comportamento. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 167-180, 2019.

RAMOS, Marise N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. São Paulo: Cortez, 2001.

RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (ed.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 324-330. Tradução para uso didático por Éder Carvalho Wen.

SAFFIOT, Heleiet. **Gênero Patriarcado Violência**. 1. ed. São Paulo: expressão popular, 2015.

SILVA, Monica Ribeiro da. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Omarildo Luís da. **O impacto da Economia Informal no processo de desenvolvimento da África Subsariana**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional). Portugal: Instituto Superior de Economia e gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

SOGGE, David. Give and Take: What's the Matter with Foreign Aid? **World Review**, v. 6, verão 2004.

SEBASTIÃO, Paula. Contexto do Trabalho de Sexo em Angola. In: KITOMBE, C. Jose (org.). **Políticas Públicas: Do Discurso à Ação**. TUBA Informe! Odjango Feminista, 2019. p. 36-52.

SECCO, Lincoln. À Margem da História. In: DEL ROIO, Marcos. **Gramsci: Periferia e Subalternidade**. 1. ed. São Paulo: Editora edusp, 2022. p. 15-19. Prefácio.

SOUZA, José dos Santos. O recrudescimento da teoria do capital humano. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 3, p. 159–172, 2006. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10875>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Notas

¹ Doutorando e Mestre em Educação (UDESC). Mestre em Filosofia (UFSC). Pesquisador do Grupo Lutas Sociais, Trabalho e Educação – LUTE (UDESC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6358709196136628> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1612-7693> E-mail: kfilipejoaquim@gmail.com

² MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

³ Segundo o Ministério da Educação de Angola (MED) os cinco principais parceiros de cooperação internacional, são: UNESCO, Banco Mundial, União Europeia, UNICEF e a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP) (Angola, 2016a).

⁴ Em 2001, a Assembleia nacional, ao abrigo da alínea b) do artigo 88º da Lei Constitucional, aprovou a LEI N.º 13/01 de 31 de dezembro, ou seja, a Lei de Base do Sistema Educacional (LBSE).

⁵ O PAT I, procura: a) melhorar os conhecimentos e as competências dos professores; b) melhorar a gestão das escolas nas áreas designadas do Projeto; c) desenvolver um sistema de avaliação sistemática de alunos.

⁶ O termo rapariga é comumente utilizada como sinônimo de mulher na língua portuguesa em países africanos e em Portugal.

⁷ Segundo Pereira (2022), o EPP é o documento mais importante na relação entre a instituição e os mutuários, haja visto que escrutina os prognósticos e apresenta em qual área prioritária o BM pretende trabalhar com os seus clientes.

⁸ Segundo o PAT II, as melhores competência para vida incluem “[...] conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva, informações nutricionais, literacia financeira, empreendedorismo, educação cívica e aumento da autoestima” (Angola, 2021a, p. 166).

⁹ Neste texto o termo “feminismo” está sendo usado no sentido de movimento político, filosófico e econômico que visa romper com as restrições, exploração e opressão sexista, de raça e classe (Davis, 2016; Saffioti, 2015; hooks, 2019). Nesse sentido, a nossa crítica é contra o feminismo liberal (conforme defendido pelo PAT II), que toma a individualidade e a meritocracia como parâmetros para categorização da emancipação feministas no contexto angolano.

¹⁰ A formação de um tipo corresponde à formação ideológica do/a trabalhador/a, cooptado para atender as demandas das metamorfoses do Capital no tempo e no espaço, conforme a divisão internacional do trabalho. Trata-se, assim, da indissociabilidade, entre “novos métodos de trabalho/condições de trabalho e determinado modo/habilidades e competências de viver, de pensar e sentir a vida” (Gramsci, 2016).

¹¹ O termo precariedade/precarização, está sendo usado no artigo como um conjunto de fatores que se articulam ou se manifestam no mercado de trabalho formal e informal, tais como: i) Aumento do desemprego, ii) Escassez de posto de trabalho no setor privado, iii) Escassez de concursos públicos, iv) Fechamentos de armazéns (onde se vendiam roupas, alimentos, imóveis, etc.) que empregavam vários jovens, v) Perseguição/violência/destruição de bens e serviços das/os zungueiras/os, vendedores/as ambulantes, vi) Informalidade como única fonte de sustento e pouco rendimento do mercado informal, vii) Trabalho por conta própria sem contribuição previdenciária, viii) Aumento expressivo dos preços dos candongueiros/taxista (por conta, do corte do subsídio de combustível pelo Governo), incidindo diretamente, na racionalização do salário de alguns trabalhadores/as (principalmente, as domésticas, seguranças e outros), fazendo com que, muitos/as passassem a dormir (alguns dias da semana) nos locais de trabalho, por não ser possível se locomover (casa-trabalho e trabalho-casa) todos dias da semana, e, por fim, ix) redução do rendimento médio mensal real. Trata-se, nesse sentido, da precarização ampliada e multiforme (Druck, 2011; Proni, 2023, Antunes, 2018).

¹² Deolinda Rodrigues Francisco de Almeida (prima de Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola) foi uma poetisa, dirigente do movimento revolucionário em Angola. Cognominada de Mãe da Revolução, no tempo de guerra era conhecida pelo pseudônimo de Langidila. Além disso, foi co-fundadora da Organização da Mulher Angolana (OMA) – secção feminista do MPLA. Ver em: <https://revistaraca.com.br/a-historia-da-militante-angolana-deolinda-rodrigues/>. Acesso em: 15, mar. 2021.

¹³ O Esquadrão Kamy foi um grupo de guerrilheiras formado por combatentes do Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA), braço armado do MPLA na luta pela independência de Angola. O esquadrão ficou muito conhecido por conter cinco mulheres guerrilheiras fundadoras da OMA, como Deolinda Rodrigues, Engrácia dos Santos, Irene Cohen, Lucrécia Paim e Tereza Afonso. Ver em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8112746>. Acesso em: 10, abr. 2023.

¹⁴ Assim como a OMA, outras mulheres também estavam organizadas nas alas feministas dos seus partidos políticos, nomeadamente, a Liga da Mulher Angolana (LIMA) e a Associação da Mulher Angolana (AMA) (Mouzinho; Cutaia, 2021).

¹⁵ Segundo Safioti (2015), o patriarcado se apresenta como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. Portanto, “as relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (Saffioti, 2015, p. 111).

¹⁶ O Ensino Primário vai da 1ª a 6ª classe e é, segundo o sistema educacional, obrigatório e gratuito.

¹⁷ As mais visadas são as meninas de baixa renda e em situações precárias, aliciadas por redes de prostituição. Cada menina chega a atender em média dez (10) clientes por dia, recebendo cinco (5) mil Kwanza (R\$ 31,00 no câmbio atual) por cada atendimento, destes valores, dois (2) mil Kwanza ficava com proprietário do prostíbulo. Ver: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=432063>. Acesso em: 20, jun. 2024.

¹⁸ Lunda Sul é uma das provinciais do Leste de Angola e o principal polo de mineração (diamantes, manganês e ferro), seja pela extração industrial, principalmente pela Empresa Nacional de Prospeção, Exploração, Lapidação e Comercialização de Diamantes de Angola (ENDIAMA), pelo garimpo legal ou ilegal. Além disso, a Lunda Sul tem a maior taxa de gravidez na adolescência do país, fixada em 59,7% (Malomalo, 2020).

¹⁹ Muito destes são trabalhadores das empresas mineiras, garimpeiros (mineiros artesanais) e os “*bosses*” (financiadores das atividades de mineração artesanais) que se mudam para Lunda Sul sem as suas famílias, aproveitam a vulnerabilidade destas meninas e envolvem-se em relações sexuais (Malomalo, 2020, p. 45).

²⁰ Operação Resgate foi uma ação do governo que visava, entre outras coisas, reforçar a ordem e a tranquilidade públicas, ordenar a venda ambulante, travar o comércio ilegal e outros males que afetam a segurança pública (Jornal De Angola, 2018). Ver em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=416137>. Acesso em: 15, jan. 2024.

²¹ Tais políticas ajudam a entender o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), que pressupõe a homogeneidade do setor informal e a intenção de formalizar para permitir o alargamento da base fiscal do Estado, assumindo que os atores do setor informal não pagam impostos de todo. Baseia-se nas ideias de que a formalização automaticamente pressupõe proteção social, que é capaz de absorver todo o setor informal. Ver em: <https://prei.ao/sobre-o-prei/>. Acesso em: 12, abr. 2024.

²² Entendemos a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) como um dos instrumentos mais usados na relação internacional, portanto, sendo o meio através do qual os interesses, políticos, econômico e social, dos vários países e organizações multilaterais, ONGs, etc. se materializam. Pode-se dizer que é o campo político essencial na mobilidade global (Milani, 2018).

²³ Para uma melhor compreensão da configuração das etapas do sistema de Educação em Angola Cf. Kalenguessa, 2023.

²⁴ A teoria do Capital do Humano se assenta no entendimento segundo o qual, para melhorar a qualidade da força de trabalho para uma maior produtividade (e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico e individual), é preciso investir na educação formal, no treinamento, na assistência médica e na assistência à criança (Cf. Schultz, 1973). O conteúdo ideológico por detrás dessa teoria é a ideia de que no mundo da produção todos são livres para se elevarem socialmente e essa ascensão depende exclusivamente do mérito individual e da administração racional dos seus recursos (Souza, 2006).

²⁵ O termo “produtividade” está sendo usado aqui segundo a lógica do capital, isto é, o que produz o lucro, tendo como base a extração do mais-valor (Fontes, 2010).

²⁶ Segundo Alves (2011, p. 44), “A mudança do universo léxico-locucional no mundo do trabalho [e nos projetos educacionais] deve ser analisada a partir das mudanças que ocorreram para que a sociedade contemporânea passasse a usar este tipo de símbolo para falar de si mesma. Além de ser produto de uma práxis estranhada, é resposta a um fracasso que não podemos desconsiderar”.

²⁷ A filosofia africana do Ubuntu tem como máxima ontológica e ética o pressuposto segundo qual, “eu sou porque nós somos”. Tal conceito, sustenta a visão humanista de que, o Eu se faz no e com o Outro, a partir de uma relação intersubjetiva; ou seja, a subjetividade é de certa forma, uma individualidade social, dada e constituída nas relações sociais (Ramose, 2002). Nesse sentido, o Ubuntu é contrário a dessubjetivação de classe, na medida que compreende o sujeito como “unidade múltipla, que se realiza na relação Eu-Outro, sendo constituído e constituinte do processo sócio-histórico e a subjetividade é a interface desse processo” (Alves, 2011, p. 47).

Recebido em: 15 de set. 2024

Aprovado em: 22 de set. 2025